

Ética no Mundo Contemporâneo

Ética na Terapêutica

Dia: 14 de novembro (sexta-feira)

287 - PRINCIPAIS INFRAÇÕES ÉTICAS NA ENFERMAGEM E SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICAS: UMA INTERFACE DO DIREITO

Candido MCFS, Wichr P, Candido MA

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

A atuação de enfermagem segura requer conhecimento e compreensão dos limites legais dentro dos qual, o profissional exerce suas atividades. Trata-se de um estudo bibliográfico que tem como objetivo apresentar e analisar as responsabilidades do profissional de enfermagem frente as principais infrações éticas na enfermagem. O processo legislativo é um conjunto de atos preordenados visando a criação de normas de direito. O Conselho Federal de Enfermagem além da elaboração de provimentos são órgãos disciplinadores e fiscalizadores do exercício profissional de enfermagem. As ocorrências éticas de enfermagem são entendidas como atos ou eventos executados pela equipe de enfermagem que ferem os princípios éticos da profissão e, por vezes, podem ferir a própria lei. O artigo 18 do Código Penal juntamente com o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem caracteriza imprudência, negligência e imperícia como tipos de culpa. As infrações mais comuns encontradas relacionam-se a maus tratos, indisciplina e administração de medicamentos. O profissional de enfermagem sujeita-se à responsabilidade civil, penal e ética. A indenização tem sido a medida de reparação mais utilizada. Acredita-se que a sensibilização quanto as formas de responsabilidade profissional deve iniciar-se na graduação. As estratégias de ensino devem propiciar discussões do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem que envolve cada um dos seus atos. Além disso, as temáticas abordadas devem permear todas as disciplinas da graduação e não apenas ser um momento pontual da disciplina relacionada à ética e legislação. Também percebemos a necessidade de uma maior atenção dos enfermeiros voltada as suas ações específicas, existindo um maior cuidado com relação a delegação de tarefas e a supervisão das atividades de enfermagem. Espera-se que os profissionais de enfermagem estejam sensibilizados quanto ao compromisso ético e compreensão da legislação que norteia a sua prática profissional.

Palavras-chave: Ética; Direito; Infrações; Enfermagem

286 - A CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA COMO DIREITO DE SAÚDE QUE ABRANGE O PORTADOR DE TRANSTORNO MENTAL

Candido MCFS, Candido MA

Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais, Brasil

A atual política nacional de saúde mental privilegia o atendimento em todos os níveis de assistência. A saúde mental pode e deve ser promovida, mantida, recuperada para que o cidadão que enfrenta desafio à sua saúde mental retorne à vida em sociedade da forma mais plena possível, com direitos e deveres a serem respeitados por todos e por ele. E a sua defesa é acima de tudo uma questão ética. Para tal, a legislação em saúde pode ser uma das formas de garantir o atendimento e o tratamento adequado aos portadores de transtorno mental. Desse modo, torna-se necessário conhecer o texto da Constituição Federal que contempla os direitos de saúde que se estendem ao portador de transtorno mental. Este estudo tem como objetivo apresentar e descrever os dispositivos da Constituição Federal do Brasil que trata dos direitos à saúde. Foi a primeira constituição brasileira a elevar o direito a saúde à condição de direito fundamental do homem. A evolução trazida pelo texto constitucional dispõe ser a saúde direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, serviços e ações que são de relevância pública. Esse direito à saúde comporta duas vertentes: uma negativa consistente no direito a exigir do Estado uma abstenção da prática de ato que prejudique a saúde e outra positiva, significando prestações de serviços das esferas de governo ou de terceiros visando a prevenção e o tratamento das doenças. Assim, o portador de transtorno mental, seus familiares, as associações, os profissionais e os serviços de saúde podem obter benefícios para o seu tratamento a partir do conhecimento e do uso dessa Lei Maior.

Palavras-chave: Saúde; Direito; Constituição; Ética

288 - ÉTICA NA INTERNAÇÃO DOMICILIAR PEDIÁTRICA

Carvalho EAA

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Introdução: Internação domiciliar pediátrica (IDP), assistência médica recente que expõe o médico a problemas éticos. **Objetivo:** Descrever e discutir os aspectos éticos da IDP. **Métodos:** Experiência profissional e revisão do código de ética médica. **Resultados:** A Resolução do CFM descreve que IDP será realizada após avaliação médica registrada em prontuário específico. “Não é razoável a limitação de tempo mínimo e máximo da duração da internação, o que deve ser balizado pela recuperação clínica do paciente já que é critério médico”, segundo CFM. O médico deve conhecer as condições ambientais e familiares do destino do paciente, a partir de relatório do serviço social e da psicologia, para ser tomada decisão de internação domiciliar. O paciente atua guiado pela autonomia, o médico pela beneficência e a sociedade pela justiça. O ser humano não nasce autônomo, torna-se autônomo, e para isto contribuem variáveis estruturais, biológicas, psíquicas e sócio-culturais, porém as crianças têm sua autonomia reduzida. O consentimento livre e esclarecido é necessário, informando a família dos riscos inerentes à esse tipo de assistência médica. Segundo CEM é vedado ao médico efetuar qualquer procedimento médico sem o esclarecimento e consentimento prévios do paciente ou de seu responsável legal, salvo em iminente perigo de vida. Esse documento deve ser apensado ao prontuário, para quaisquer problemas posteriores; renovável sempre que ocorrerem alterações significativas no estado de saúde inicial ou da causa pra a qual foi dado; fundamentado na informação, competência, entendimento e voluntariedade; conter a assinatura ou identificação dactiloscópica do paciente ou de seu representante legal e constar que o paciente tem liberdade de recusar ou retirar seu consentimento sem prejuízo à assistência. **Conclusão:** IDP leva a grandes questionamentos da família e profissionais de saúde sendo necessário implementação de documentos éticos para garantir a segurança do pediatra.

Palavras-chave: Pediatria; Internação Domiciliar; Ética

289 - ÉTICA TERAPÊUTICA NO BINÔMIO SAÚDE-DOENÇA: A CONTEMPORANEIDADE DA EXPERIÊNCIA CRÍTICA

Gomes PA, Branco MFFC, Silva Filho CN, Santos TK, Oliveira CM

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

O conceito de saúde é algo impreciso, embora aplicado a categorias concretas e de relevância, não permitem definição com objetividade, a partir de elementos aceitos universalmente, não é demarcado pelos limites que explicitam as suas condições e interações com outros conceitos com os quais se relacionam. O conceito atual de saúde ainda não consegue ser amplo a ponto de contemplar a todos os indivíduos. É um termo genérico e subjetivo que possui vários conceitos e comporta diversas perspectivas, não estando necessariamente vinculada ao pragmatismo diagnóstico. O objetivo deste estudo é analisar o conceito de saúde atual de maior presença na sociedade, o qual tem como marco de eficácia, a cura, fomentado pelo contexto mercadológico. A metodologia consistiu em uma revisão bibliográfica na literatura e nas bases de dados da Bireme, Bibliotecas Digitais e revistas de Terapia Ocupacional, no idioma português, nos últimos 5 anos. Apesar das peculiaridades culturais, a dicotomia presente na assistência terapêutica em saúde torna-se cada vez mais explícita no contexto atual. Dá-se por uma questão histórica, refletida no status que o profissional de saúde adquire de acordo com o nível de atenção em que este atua. A cura é exaltada em detrimento da prevenção, evidenciada pelo apelo midiático relacionado à cura. Vinculado a uma conjuntura mercantilista, o exercício clínico recebe influência deste contexto mesmo antes de sua efetivação. Tais características se influenciam mutuamente e nesta relação de interdependência a saúde não é entendida como algo total, nem a doença como uma resposta social e coletiva aos agravos. Os sujeitos são seus objetos por excelência, razão pela qual a influência das práticas em saúde sobre a economia é direta, imediata e contínua. Conclui-se assim que é premente uma mudança de postura nas ações de saúde empreendidas, suscitando um entendimento ético entorno do mesmo objetivo, a ética terapêutica.

Palavras-chave: Saúde; Ética; Ações Preventivistas de Saúde